

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Juliana Mazzanti Kraetzig

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

por

Juliana Mazzanti Kraetzig

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Thielen Merck

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA PRÁTICA
POSSÍVEL**

elaborada por
Juliana Mazzanti Kraetzig

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof Dr^a Ana Maria Thielen Merck (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof Dr^a Elisete Medianeira Tomazetti (UFSM)

Toshio Nishijima (UFSM)

Santa Maria, dezembro de 2008.

“Nossas idéias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio a enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte da nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem”.

(Isabel Cristina de Moura Carvalho)

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Questionário (roteiro das perguntas realizadas aos professores).....

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral.....	11
2.2 Objetivos específicos.....	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
3.1 Educação Ambiental na educação: novos olhares.....	12
3.2 Educação Inclusiva: desafios e possibilidades.....	23
4.METODOLOGIA.....	30
4.1 Considerações.....	30
4.2 Método e coleta de dados.....	30
4.3 Apuração e análise dos dados.....	31
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
5.1 Educação Ambiental no meio escolar.....	32
5.2 Inclusão de alunos com NEEs.....	39
6. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS.....	46
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
9.ANEXO.....	60

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

AUTORA: JULIANA MAZZANTI KRAETZIG
ORIENTADORA: PROF^a DR^a ANA MARIA THIELEN MERCK
Data e local da defesa: Santa Maria, 17 de dezembro de 2008

Esta monografia constitui-se na realização de um estudo interligando a Educação Ambiental e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) no sistema regular de ensino. A pesquisa envolveu o Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luizinho de Grandi - CAIC, ambas localizadas na cidade de Santa Maria/RS. O interesse pela temática surgiu a partir de experiências vivenciadas ao longo do curso de Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria e o particular interesse e curiosidade por temas ligados ao meio ambiente. A educação inclusiva traz consigo muitos desafios e inseguranças as pessoas envolvidas com a educação, e para que mudanças aconteçam é preciso que acreditemos nessa proposta e busquemos alternativas que possam estar contribuindo no processo de valorização das diferenças. Com esta pesquisa buscou-se avaliar a viabilidade da Educação Ambiental como ferramenta que pode estar contribuindo na proposta da educação inclusiva. Apontar propostas pedagógicas de Educação Ambiental e, posteriormente apresentar o estudo as duas escolas envolvidas. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados um questionário com seis questões envolvendo a Educação Ambiental e a inclusão, sendo aplicado aos professores que trabalhavam com alunos incluídos. Foi possível concluir que a Educação Ambiental se for abordada adequadamente contribui para a construção de novos valores, no resgate da autoestima, e no desenvolvimento social e intelectual dos indivíduos, se configurando, assim como uma excelente aliada no processo da inclusão de alunos com NEEs.

Palavras-chave: educação; ambiente; inclusão

ABSTRACT

Specialization Monograph

Environmental Education Specialization Course

Universidade Federal de Santa Maria

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND INCLUSION OF SPECIAL EDUCATION NECESSITY STUDENTS: A POSSIBLE PRACTICE

AUTHOR: JULIANA MAZZANTI KRAETZIG

ADVISER: ANA MARIA THIELEN MERCK

Santa Maria, december 17th of 2008

This monograph is constituted by the realization of a study linking the Environmental Education and the inclusion of students with special educational necessities (SEN) in the regular teaching system. The research involved the Edna May Cardoso State School and the Centro de Apoio Integrado à Criança, both located in Santa Maria – RS city. The interest issue developed during the Special Education Graduate course in the Universidade Federal de Santa Maria and particular interest and curiosity by environment issues. The inclusive education brings together many challenges and uncertainties to people involved with education, and to changes to happen it is needed we to believe in this proposal and to search for alternative ways that could contribute in the differences valorization process. With this research, we were to evaluate the feasibility of Environmental Education as a contributing tool for the proposal of inclusive education. We wish to point pedagogic proposals of Environmental Education and, following, to present the study to the two studied schools. The utilized methodology had a qualitative nature, using as tool a questionnaire with six questions involving Environmental Education and inclusion, which were given to teachers dealing with included students. It was possible to conclude that Environmental Education, if adequately employed, contributes to new values building, to self estimate rescue, and to social and people intellectual development, configuring itself so as an excellent ally in the inclusive process of SEN students.

Key words: education; environment; inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A diminuição da destruição dos recursos naturais é um verdadeiro desafio, sendo necessário, diante desta realidade que o homem perceba este meio, sinta-se parte integrante e estabeleça relações de responsabilidade. Verifica-se dessa forma a importância da educação ambiental ser abordada nos diferentes contextos e valorizar os benefícios da relação harmoniosa entre homem e natureza. A sua inserção na educação e a participação ativa dos alunos é importante na transformação da realidade.

Neste contexto, trabalhar a temática ambiental é uma das novas exigências ao meio educacional, porque o futuro da humanidade está em questão. Acredita-se dessa forma na importância da Educação Ambiental em compreender e discutir os desafios da crise ambiental atual e buscar ações que transformem a realidade fazendo a relação com os aspectos políticos, sociais, históricos, culturais.

Segundo Carvalho (2004), a Educação Ambiental deve ser abordada nos diferentes contextos e ser prática constante no meio educacional. Enquanto ação educativa, a Educação Ambiental tem sido importante mediadora entre a esfera educacional e o campo ambiental, dialogando com os novos problemas gerados pela crise ecológica e produzindo reflexões, concepções, métodos e experiências para a construção de novas bases de conhecimento e valores ecológicos nesta e nas futuras gerações.

A questão que motivou esta pesquisa foi investigar de que forma a Educação Ambiental pode contribuir na educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs).

O interesse por esta temática surgiu a partir de experiências vivenciadas ao longo do curso de Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, com esta experiência pude observar a preocupação de professores, em relação ao processo inclusivo, pois se sentem desafiados e inseguros frente à proposta. Além do particular interesse e curiosidade sobre a temática ambiental. E dessa forma a oportunidade de dar continuidade a

estudos quanto ao processo inclusivo de alunos com NEEs no sistema regular de ensino.

A educação inclusiva traz consigo desafios e inseguranças às pessoas envolvidas com a educação, mas para que mudanças aconteçam é preciso que acreditemos nesta proposta e busquemos alternativas que estejam contribuindo no processo de valorização das diferenças.

Nesse sentido, a inclusão de alunos com NEEs na rede regular de ensino é um paradigma desafiante e complexo exigindo que sejam oferecidos subsídios para que estes estejam participando no meio social sem exclusão, pois sabemos que avanços aconteceram no sentido das mudanças dos paradigmas, porém ainda há discriminação e rótulos por grande parcela da população.

A educação ambiental se configura como uma excelente aliada nesse processo de valorização dos alunos por ser um processo dinâmico e transformador que busca a formação de valores, atitudes, bem como a participação ativa de cada pessoa. Este trabalho será efetivo se a Educação Ambiental for trabalhada de forma adequada, proporcionando para os alunos situações desafiadoras, estimulando sua curiosidade, habilidades, e a participação dos educandos no meio social e no ambiente escolar valorizando-os nas suas potencialidades.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Desenvolver um estudo relacional entre a Educação Ambiental e o processo da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luizinho de Grandi - CAIC, ambas localizadas na cidade de Santa Maria/RS.

2.2 Objetivos específicos

- Verificar as concepções dos professores destas duas escolas, sobre a Educação Ambiental;

- Análise dos recursos utilizados pelos professores para trabalhar a Educação Ambiental;

- Apresentar propostas pedagógicas de Educação Ambiental;

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Educação Ambiental na educação: novos olhares

As relações entre homem-meio ambiente ao longo da história sofreram diversas mudanças, que foram da pequena interferência nos recursos naturais até a atualidade em que o homem vem degradando o meio ambiente de forma incontrolada, causando o conseqüente agravamento dos problemas ambientais. Alguns dos reflexos destas agressões são: a destruição das florestas, contaminação das águas, poluição atmosférica, a destruição da camada de ozônio, etc. Provocando, a crescente escassez dos recursos naturais. Diante dessa realidade é necessário que o homem estabeleça relações de responsabilidade, porque dependemos do meio ambiente para garantirmos uma melhor qualidade de vida.

As questões relativas ao meio ambiente apresentam-se cada vez mais nos debates contemporâneos, devido à preocupação mundial com a degradação do meio ambiente que esta colocando em risco nossa qualidade de vida.

A partir do desenvolvimento industrial o homem aumentou as possibilidades de exploração do meio passando assim, a utilizá-lo de forma indiscriminada, os recursos naturais, em função da busca pelo lucro, desconsiderando a necessidade de preservação do ambiente para a garantia de uma melhor qualidade de vida.

Carvalho (2003) afirma que no contexto do século XVIII com o advento da Revolução Industrial, foram impulsionadas as mudanças em direção a um mundo urbano e industrial. Sendo notável a deterioração do ambiente urbano com a contaminação do ar, a disseminação de enfermidades, as péssimas condições de vida dos trabalhadores. O carvão queimado na época tinha o dobro de enxofre do usado hoje em dia. A fumaça obscurecia o ar, corroía as estruturas dos prédios.

Dias (1998) aponta também que na década de 50/60 o homem começou a ampliar a capacidade de alterar o meio ambiente, impulsionado pelo avanço tecnológico, notadamente nos países desenvolvidos e na década seguinte eram evidentes os efeitos na qualidade de vida.

Sobre este pensamento Carvalho diz que:

Há muitos grupos, sociais, incluindo aqueles com poder econômico que além da dominação da natureza preconizam sua apropriação como estoque de recursos, de energia ou de informações (genéticas, por exemplo) a serviço do desenvolvimento econômico. Para tais grupos, o ambiente enquanto espaço de relações entre sociedade e natureza, tende a ser arena de competição e administração de recursos onde o ser humano reina como sujeito de uma razão instrumental, acreditando-se senhor de si mesmo e dos destinos do planeta. (2003, p.105).

Diante desse contexto em que era evidente o processo de degradação do meio ambiente, começaram a acontecer movimentos em prol da necessidade de preservação da natureza, devido às conseqüências da degradação que o homem estava provocando no meio ambiente. Os movimentos ambientalistas mundiais cresceram, devido a notável queda da qualidade ambiental gerada pela ganância em busca do lucro a qualquer custo, e pela exploração predatória dos recursos naturais. A primeira conferência onde foram discutidas as questões ambientais aconteceu no ano de 1972 em Estocolmo, onde se reuniram representantes de 113 países.

A Conferência de Estocolmo gerou a Declaração sobre o ambiente humano, e estabeleceu o plano de ação mundial com o objetivo de orientar as ações do homem, para a preservação e melhoria do ambiente humano. Dias (1998). Nesta Conferência foi reconhecido o desenvolvimento da Educação Ambiental no mundo, como elemento crítico no combate à crise ambiental, e a necessidade do homem reordenar suas prioridades.

A Educação Ambiental começou então, a ser amplamente discutida. No ano de 1977 aconteceu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que ficou conhecida como a Conferência de Tbilisi, marco na evolução da Educação Ambiental.

Conforme Dias (1998) na Conferência de Tbilisi a educação Ambiental foi conceituada como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, voltada para a resolução das questões concretas sobre o meio com enfoques interdisciplinares e a participação ativa e responsável de cada pessoa e do coletivo.

Sobre a concepção de Educação Ambiental Storey (1998, p.66) afirma:

(...) a educação ambiental é um processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente, seja natural ou construído, e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação em busca da prática social a fim de encontrar soluções para os problemas ambientais, e melhorar as relações entre os seres humanos e a natureza e os seres humanos entre si. (Storey, 1998, p.66).

Dias (1998) coloca também que um dos princípios básicos da Educação Ambiental, decidido na Conferência de Tbilisi se refere à utilização nos diversos ambientes educativos, amplos métodos de comunicação, na aquisição de conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Uma das finalidades e características da Educação Ambiental é a incorporação da Educação Ambiental aos programas de educação publicados pela Unesco em 1980, o qual contém observações importantes da Conferência de Tbilisi.

- Que a Educação Ambiental não seja uma nova disciplina. Há de ser a contribuição de diversas disciplinas e experimentos educativos ao conhecimento e compreensão do meio ambiente, assim como a resolução dos seus problemas e à sua gestão. Sem o enfoque interdisciplinar não será possível estudar as inter-relações, nem abrir o mundo da educação, a comunidade, incitando seus membros à ação;
- A Educação Ambiental deve afastar-se da pedagogia exclusivamente informativa;
- A característica mais importante da educação ambiental é que ela aponta para a resolução dos problemas concretos. Que os indivíduos, de qualquer grupo ou nível, percebam claramente os problemas que afetam diretamente o bem-estar individual ou coletivo elucidem suas causas e determinem os meios para resolvê-los;
- Enquanto os alunos se mantiverem à margem da ação social, às relações entre a escola e a comunidade somente poderão ser superficiais;
- A educação ambiental [...] constitui o modo mais adequado para promover uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas e aspirações dos indivíduos e das sociedades no mundo atual. (Dias, 1998, p.122).

Na segunda Conferência Mundial de Educação Ambiental foi realizada em Moscou (1987) concordou-se que a Educação Ambiental deveria promover a conscientização, a transmissão de valores, o estabelecimento de critérios e padrões, o desenvolvimento de hábitos e habilidades, a orientação para a resolução de problemas ambientais e a tomada de decisões. Necessitando de atividades em sala de aula e atividades de campo com ações orientadas em processos de participação que levem a autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com os problemas ambientais de modo interdisciplinar. Dias (1998)

Para Carvalho (2003) governos e sociedade civil tem se mobilizado com o surgimento da questão ambiental como problema que afeta a humanidade. E diversas práticas sociais têm se instituído no âmbito das legislações, programas de governos, iniciativas de grupos, associações e movimentos ecológicos.

No Brasil, a primeira Legislação sobre a proteção ao meio ambiente acontece na Constituição Brasileira de 1988 determinando que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se a poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (Constituição Federal de 1988).

Segundo Carvalho (2004) no Brasil o evento mais significativo para o avanço da Educação Ambiental foi o Fórum Global sobre Desenvolvimento e meio ambiente ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, ficando conhecida como Rio-92. Em que as ONGs e os movimentos sociais formularam o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, definindo-se o marco político para o projeto pedagógico da Educação Ambiental.

No ano de 1999 a Lei Federal nº 9795 (BRASIL, 1999) institui que “A educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

E, no artigo 4º a mesma lei dispõe sobre os princípios básicos da Educação Ambiental:

I-O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
II-A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
III-O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
IV-A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
V-A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
VI-A permanente avaliação crítica do processo educativo;
VII-A abordagem articulada das questões ambientais, locais, regionais, nacionais e globais;
VII-O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural; É papel primordial da educação a busca pela compreensão, prevenção e a participação ativa quanto aos problemas ambientais. (Lei Federal, BRASIL, 1999).

Conforme ressalta Cascino (2003) as questões ambientais nos dias de hoje tem tido penetração nas comunidades. Pois, sabe-se que a fragilidade do meio ambiente ameaça a sobrevivência da humanidade. E essa conscientização propiciou o surgimento nas duas últimas décadas do movimento ambientalista que contribuiu para o surgimento e desenvolvimento de um currículo voltado a essas questões.

Dias (1998), ressalta que nos últimos anos houve uma conscientização gradual, quanto ao papel da educação em compreender, prevenir e resolver os problemas ambientais que têm suas raízes em fatores sociais, econômicos e culturais, e não podem ser resolvidos por meios puramente tecnológicos. Mas, deve-se agir em relação aos valores, atitudes e comportamento dos indivíduos sobre o ambiente. A evolução dos conceitos de Educação Ambiental esta vinculada ao conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido, pois o conceito reduzido apenas aos aspectos naturais não permitia ver as interdependências, nem a contribuição das ciências sociais na compreensão e melhoria do meio ambiente.

Dias (1998, p.113) destaca a importância da educação neste processo:

A essência da educação esta no desenvolvimento do conteúdo e da práxis passando por uma relação dialética do ambiente e sua problemática. Somente através de um processo educativo preocupado com as questões ambientais, com o desenvolvimento sustentado, com o ecodesenvolvimento, com a preservação e a preservação do nosso patrimônio cultural, genético, ambiental e antropológico e que poderão

surgir soluções para reverter o atual quadro de uso inadequado dos recursos naturais.

Sobre este pensamento Pesci (2003) aponta que a escola deve se comprometer com a inclusão de temas ambientais, porque, a educação é talvez a única maneira de tender para uma cultura ambiental.

Müller (2000) também destaca a importância de incluir temas ligados à problemática ambiental afirmando que hoje, mais do que nunca professores e escola devem incluir nos seus currículos e programas temas ligados à crise ambiental. Através da criação de espaços para que os grandes temas da crise ecológica sejam trabalhados por uma equipe inter e multidisciplinar.

Müller (2000) enfatiza os objetivos da Educação Ambiental

1. Fazer com que os indivíduos ou grupos sociais tomem maior consciência dos problemas e das características ambientais, locais e globais, sensibilizando-os para essas questões;
2. Contribuir para a consciência da diversidade de experiências que devem ser somadas em prol do coletivo e para a compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas a ele relacionados;
3. Contribuir para o comprometimento das pessoas com os valores ambientais, participando ativamente de projetos coletivos;
4. Conscientizar de que o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida das pessoas. E o desenvolvimento só será verdadeiro quando melhorar nossa vida e a Educação Ambiental deve estar direcionada para este objetivo.

A respeito disso Carvalho (2000) ressalta que enquanto ação educativa a Educação Ambiental tem sido importante mediadora entre a esfera educativa e o campo ambiental dialogando com os novos problemas gerados pela crise

ecológica produzindo reflexões, concepções métodos e experiências que visam construir novas bases de conhecimento e valores ecológicos.

A educação Ambiental é parte do movimento ecológico. Surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Nesse sentido, podemos dizer que a Educação Ambiental é herdeira direta do debate ecológico e esta entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente. A formulação da problemática ambiental foi consolidada primeiramente pelos movimentos ecológicos. Estes foram os principais responsáveis pela compreensão da crise como uma questão de interesse público, isto é, que afeta a todos e da qual depende o futuro das sociedades. (Carvalho, 2004, p.51).

Nessa perspectiva, Tristão (2002) ressalta que a reflexão sobre os desafios de ser educador está associada à inserção da educação ambiental na educação.

A Educação Ambiental é multirreferencial na sua essência, pois, na pretensão de constituir um campo de conhecimento, noções e conceitos podem ser originários de várias áreas do saber. No caso de efetivação das suas práticas educativas, acontece o mesmo, sua abordagem passa a ser de conhecimento “tecido” (bricolado) a partir da convergência, do diálogo, da convivência, inter, transdisciplinar (Martins, 1998 apud Tristão, 2002, p.171).

Segundo Müller (2000) para que os alunos aprendam e os conhecimentos escolares sejam significativos é necessário que o professor considere alguns aspectos básicos:

-Aproxime os conteúdos curriculares às questões atuais e da vivência dos alunos;

-Integre os conteúdos;

-Aproxime a escola do mundo do trabalho e da comunidade;

E salienta também o papel principal da escola que pode ser resumido nos seguintes itens:

-Contribuir na remoção de obstáculos que estejam dificultando o direito à educação;

-Apresentar aos alunos diversas experiências de aprendizagem, relacionando com o contexto próximo até a compreensão de como ele se

encontra no contexto histórico e econômico, integrados por uma diversificação de metodologias;

-Oportunizar processos de educação que possibilitem a construção das estruturas de pensamento;

-Assumir um autêntico compromisso com o desenvolvimento cultural aonde se encontra inserida considerando os diversos componentes históricos, culturais e ambientais;

-A escola tem responsabilidade com relação aos resultados educativos.

Conforme Tristão, (2002) a reflexão sobre os desafios de ser educador de um modo geral esta relacionada à inserção da Educação Ambiental na educação. A Educação Ambiental além de um compromisso ético político do educador é uma proposta educativa que se contrapõe a qualquer forma de reducionismo.

Vivemos em uma sociedade em crise, com falta de objetivos e limites, na qual estrutura-se o homem que vai dominar e o que será dominado. Neste contexto a escola tem que formar cidadãos, promover a participação social e política do ser de modo a perceber-se integrante do processo, com capacidade de agir para modificar e, a partir disso, conquistar seu espaço. Educação Ambiental nessa perspectiva significa ser um mediador de situações de aprendizagem, traduzindo-as em conhecimento científico e significativo para o aluno. (Ritt e Cagliari, 2007, p.211)

Vargas (2003) afirma que na perspectiva da aprendizagem ambiental, é fundamental o papel das instituições educacionais na transição para a sociedade globalizadora. As mudanças que estão acontecendo nos modos de produção modificam os horizontes tradicionais concebidos para a transformação na educação. Questionando a real capacidade destas instituições na formação de crianças e jovens na nova cultura, no domínio de competências para a inovação, no uso das novas tecnologias da informação, e na máxima potenciação da criatividade.

A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta. Para que essas informações os sensibilizem e provoquem o início de um processo de mudança de comportamento, é preciso que o aprendizado seja significativo, isto é, os alunos possam estabelecer ligações entre o que aprendem e a sua realidade cotidiana, e o que já conhecem. (...) nesse sentido, o ensino

deve ser organizado de forma a proporcionar oportunidades para que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre meio ambiente, para compreender a sua realidade e atuar sobre ela, por meio do exercício da participação em diferentes instâncias (PCN, 1997, p. 48).

Luzzi (2003) afirma que escola é uma microssociedade complexa em que convergem e dialogam cotidianamente diversas formas culturais; setores socioeconômicos, políticos, religiosos e raciais; é também onde as pessoas envolvidas na tarefa educativa (alunos, docentes, pais, não docentes, funcionários) despejam seus conflitos sociais, materiais e humanos, gerando as mais variadas condutas; determinando, em parte, a educação última que é construída nas aulas. Essas e outras dimensões ambientais atravessam a prática escolar gerando os mais variados conflitos e necessidades pedagógicas, individuais e sociais.

Carvalho (2000) ressalta que a educação Ambiental surge num terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar esta marca, através de uma visão sócioambiental exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade para poder ver as relações de interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza.

Para Müller (2000) a Educação Ambiental implica numa transformação social do mundo, visando à estruturação de novas formas de relação dos homens entre si e deles com a natureza.

Os processos educativos devem enfatizar a relação indissolúvel entre desenvolvimento e ambiente, considerando esse último como um espaço de possibilidades e de satisfações para a vida de cada ser humano, sempre e quando sejam compreendidos e respeitados os equilíbrios ecológicos. (Peralta e Ruiz, 2003, p.260).

O homem precisa alterar a natureza para a sua sobrevivência, porém é preciso que este aja eticamente sobre as alterações que esta provocando no meio ambiente e as suas conseqüências.

Na visão de Carvalho (2002) a Educação Ambiental enquanto prática educativa reflexiva abre aos sujeitos novas possibilidades de compreensão e autocompreensão da problemática ambiental. Não se tratando em assumir uma postura interpretativa neutra, mas entrar no jogo e disputar os sentidos do

ambiental. Nesse caso a contribuição da Educação Ambiental esta no fortalecimento de uma ética que articule as sensibilidades ecológicas e os valores emancipadores, contribuindo para a construção de uma cidadania ambientalmente sustentável.

Para Dias (1998) as atividades de Educação Ambiental permitem aos alunos, oportunidades de desenvolver uma sensibilização a respeito dos problemas ambientais, e dessa forma buscar soluções, conduzindo pesquisas no ambiente urbano, relacionando os fatores sociais, psicossociais e históricos com fatores políticos, estéticos e éticos. Com estas estratégias pode-se identificar e definir os problemas ambientais, organizar informações, buscar soluções, gerar planos de ação.

A aprendizagem Ambiental é um saber pedagógico enquanto constitui uma construção analítica e interpretativa dos processos de elaboração de sentidos comuns e conhecimentos públicos sobre a sustentabilidade ecológica, social, cultural e econômica do planeta. É um “saber prático” e interveniente, pois a partir dele são desenvolvidas estratégias e ações de ensino e aprendizagem em âmbitos sociais distintos, dentro e fora das escolas, com a mediação cultural de educadores e educadoras que sistematizam saberes no contexto das relações próprias da aprendizagem e das instituições ou agências que os promovem. (Vargas, 2003, p.121).

Cabe salientar o campo de ação do Educador Ambiental nesse processo de compreensão da complexidade ambiental.

Segundo Carvalho (2004), a Educação Ambiental estimula as sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas na leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Configurando-se, assim como mediadora na compreensão da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Essa aprendizagem ocorre particularmente pela ação do educador como intérprete das relações entre sociedade e ambiente e da Educação Ambiental como mediadora na formação de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo.

Conforme Ritt e Cagliari (2007) as informações e os recursos tecnológicos utilizados na construção de conhecimentos pela escola, se forem usados de forma adequada, proporcionam a pessoa o conhecimento de si próprio, e a confiança em sua capacidade afetiva, cognitiva e ética, permitindo

a leitura do mundo e da sociedade de forma crítica e consciente de seus direitos e deveres.

3.2 Educação Inclusiva: desafios e possibilidades

A sociedade nas diversas culturas passou por inúmeras mudanças no que se refere às práticas sociais em relação às pessoas com necessidades especiais (NEs). Assim, se ressalta a importância de abordar a evolução do atendimento a estas pessoas desde a exclusão total até a educação inclusiva.

No início da história da humanidade as pessoas com NEs eram excluídas do meio social. Considerava-se que estas não se enquadravam nos padrões vigentes da época. Existiam estereótipos que marginalizavam e as colocavam a margem da sociedade, junto a outros grupos de sujeitos excluídos também do convívio e participação social.

Entre os Gregos, onde a perfeição do corpo era cultuada, as pessoas com alguma deficiência eram sacrificadas ou escondidas. Os povos Romanos consideravam que deveria ser separado dos indivíduos considerados “normais” as pessoas com deficiência.

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos; não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (Misés, 1977 apud Cardoso, 2003, p.16).

Durante a Idade Média as atitudes em relação às pessoas com deficiência variavam da exclusão, à rejeição e a atos piedosos. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio quando se observavam anormalidades nas crianças. Na Idade Média o infanticídio foi condenado pela igreja, mas por outro lado acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades. Considerando-as possuídas pelo demônio e outros espíritos. Bautista (1997)

Os relatos históricos evidenciam que o preconceito em relação às pessoas com NEs, vem de um longo percurso, e comprovam a discriminação e ausência de atendimento a que estas pessoas eram submetidas.

A problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma época. Há implicitamente uma relatividade cultural que esta na base do julgamento que distingue entre “deficientes” e “não deficientes”. Essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa, procura de alguma forma “afastar” ou “excluir”, os “indesejáveis” cuja presença “ofende”, “perturba” e ameaça a ordem social. (Fonseca, 1987, p.9).

No que diz Sasaki (1997) se algumas culturas eliminavam as pessoas deficientes, outras as internavam em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e atividades que ocupassem o tempo. Estas instituições foram se especializando por tipos de deficiência, já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade. Conforme Mazzota (1999) é no começo do século XIX que teve início o atendimento educacional aos “débeis” ou “deficientes mentais” com o médico Jean Itard (1774-1838) que mostrou a educabilidade de um “idiota” o denominado “selvagem de Aveyron”. Itard foi considerado a primeira pessoa que trabalhou com métodos sistematizados com pessoas deficientes.

Itard defendeu a idéia de educar e reintegrar à sociedade o menino, e de que o estado em que o garoto se encontrava era devido à privação do contato social. Dessa forma, dedica-se à sua educação moral e intelectual com o objetivo de torná-lo apto para conviver em sociedade. Banks Leite e Galvão (2000).

Em nossos dias, enquanto profissionais da Educação Especial, podemos perceber que os estudos e pesquisas de Itard estabeleceram as bases para a revolução da Educação Especial, na medida que suas descobertas, bem como seus posicionamentos, serviram de base para propostas que podem ser consideradas conquistas disponibilizadas aos estudiosos e aqueles que trabalham com indivíduos considerados deficientes.
(Cardoso, 2003, p.17).

Na época vigorava o modelo médico da deficiência em que as pessoas com NEs eram consideradas doentes. Nesse modelo conforme Fletcher (1996 apud Sasaki, 1997) a deficiência é vista como um problema do indivíduo e este tinha que se adaptar a sociedade ou ser mudado por profissionais pela reabilitação ou cura.

Nesse sentido Sasaki (1997, p.29) afirma que:

O modelo médico da deficiência tem sido responsável, em grande parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa deficiente, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo.

Na década de 70 surge o paradigma da integração a partir do conceito de normalização, com objetivo de derrubar as práticas de exclusão a que as pessoas com NEs eram submetidas. A normalização significa criar para as pessoas atendidas em instituições ou segregadas ambientes o mais parecido possível com os vivenciados pela população em geral.

No que diz Carvalho (2004) constata-se que na história da pessoa com deficiência, uma das formas de enfrentamento da diferença, fator da exclusão social, é à busca da “normalidade”, ao invés da defesa de seus direitos de ser “autorizado socialmente”, livre de preconceitos e discriminações.

A prática da integração pouco ou nada exige da sociedade no que se refere a modificações atitudinais, nos espaços físicos, nas práticas sociais. Neste modelo as pessoas com NEs precisam se adequar ao contexto em que estavam inseridas.

O desenvolvimento do sistema educacional no século XX foi uma realidade que trouxe um componente democrático enquanto a escola foi universalizada e tornou-se aberta e obrigatória a todos. Foi a massificação do ensino. A população escolar foi crescendo rapidamente e as instituições, despreparadas, viram-se, num piscar de olhos, diante de uma multidão de alunos a quem deviam atender. (Feltrin, 2004, p.57).

A partir do conceito de integração surge o movimento para a inclusão dos alunos com NEs, que teve início na década de 80 e se consolida na década de 90. Neste modelo a sociedade tem que se modificar para incluir as pessoas com NEs.

Para Sasaki (1997) a inclusão contribui para a construção de uma nova sociedade que através de transformações pequenas e grandes e nos ambientes físicos, nos ambientes internos e externos, aparelhos e na mentalidade das pessoas.

No que diz Fonseca (2003) o processo histórico que levou a educação inclusiva passou primeiro por instituições isoladas e segregadas, em que se adotou a perspectiva *longe da vista, longe do coração*; mais tarde passou pela Escola Tradicional, percorrendo a Escola Integrativa classificativa, e posteriormente a proposta da Escola Inclusiva.

Vários documentos surgem no processo de valorização das diferenças, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 determina que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A Constituição de 1988 determina que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação inclusiva se afirmou na década de 90, a partir da Conferência Mundial, evento patrocinado pela UNESCO e pelo governo Espanhol, originado a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994).

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (...). Às escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. É cada vez maior o consenso de que crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nos planos de educação elaborados para a maioria de meninos e meninas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18).

Conforme Beyer (2005) o projeto da educação inclusiva teve impacto mais significativo no Brasil na década de 90 do século passado em vista de pressões paradigmáticas decorrentes de experiências desenvolvidas em outros países.

No ano de 1996, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96 aponta que a Educação Especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular, para os

educandos portadores de necessidades especiais. (1º) serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela da Educação Especial; (2º) o atendimento se dará em classes especiais ou serviços especializados, sempre que, não for possível a inclusão nas classes comuns, em função de características específicas dos alunos; (3º) a oferta de educação especial deve ter início na Educação Infantil;

Cabe aos órgãos e às entidades do poder público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos a educação, a saúde, ao desporto, ao trabalho, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, a edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo a infância e a maternidade; e de outros, que decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem-estar social, pessoal e econômico. (Decreto nº 3298, 20 de dezembro, 1999).

Uma nova concepção de educação e sociedade se faz por vontade pública, sendo essencial que o sistema educacional assuma essa vontade. E para que transformações aconteçam é necessário que todos os profissionais envolvam-se com a questão e estejam pensando de forma coletiva e reflexiva, enfim é necessário que todos os agentes institucionais percebam-se como gestores e técnicos da educação inclusiva. Paulon (2005).

Há um conjunto de características que uma escola inclusiva deve englobar, a saber: um sentido de comunidade e de responsabilidade, liderança, padrões de qualidade elevados, colaboração e cooperação, mudanças de papéis por parte dos professores e demais profissionais de educação, disponibilidade de serviços, parceria com os pais, ambientes de aprendizagem flexíveis, estratégias de aprendizagem baseadas na investigação, novas formas de avaliação, participação total, desenvolvimento profissional continuado.

Para Stainback (1999) no ensino inclusivo os alunos com deficiência, aprendem a atuar e interagir com seus pares e estes também e juntamente com os professores, aprendem como agir e interagir com eles.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os conseqüentes resultados de melhoria da paz social. Para conseguir realizar o ensino inclusivo,

os professores em geral e especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente. (Stainback, 1999, p.21).

No que diz Correr (2003), a pessoa que não tiver oportunidades de contato com outras pessoas, não freqüentar a escola, não for ao cinema, entre outras coisas, terá limitações para a realização de atividades sociais, como por exemplo, a mobilidades e o acesso aos recursos da comunidade, bem como a responsabilidade social e o exercício da cidadania.

Sasaki (1997, p.42) salienta que “Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotar a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos - a sociedade “inclusivista”.

Mantoan ressalta que para os alunos que tenham necessidades específicas é necessário ser oferecido recursos tais como o sistema Braille para cegos, instrumentos de mobilidade e próteses aos deficientes físicos, técnicas de comunicação alternativa aos deficientes sensoriais, o conhecimento da língua de sinais, e outros.

Segundo (Assmann, apud Tristão, 2003), a educação é mediada por uma pluralidade de linguagens e de representações da leitura de mundo, aonde a aprendizagem e o conhecimento vão além dos limites da escola e estão submetidos a uma outra lógica, na qual a escola deve criar novos contextos cognitivos, promover novas situações de aprendizagem, visando melhora a ecologia cognitiva e a possibilitar melhores interações para aflorar o sentir-se aprendendo.

Para Beyer (2005, p. 29),

É errado atender crianças em situação de diversidade da mesma maneira numa aula “homogênea” todas as crianças são atendidas com os mesmos procedimentos todas recebem sem distinção, os mesmos suportes didáticos. Na aula dentro da proposta inclusiva os alunos recebem, ao contrário, a ajuda diferenciada de que necessitam.

Conforme Beyer (2005) a inclusão é, ainda, um caminho extenso e muitas mudanças são necessárias tanto na comunidade escolar como na sociedade no que se refere aos processos de conscientização quanto aos

equivocos de determinadas representações sociais em relação às pessoas com deficiência.

No que diz Mantoan (2003) a maioria dos profissionais que trabalham nas escolas não entendem que se possa fazer a inclusão total e essa resistência é aceitável em virtude do modelo pedagógico conservador que vigora em grande parte das escolas, pois o ensino inclusivo não irá ocorrer em uma sala de aula com cadeiras enfileiradas, uma só tarefa e apenas uma resposta esperada nas provas. Onde a transmissão do conhecimento e o medo de errar impedem alunos e professores de vivenciarem as diferenças e que estas sejam reconhecidas como enriquecedoras do desenvolvimento dentro e fora das escolas.

Observa-se, que aconteceram mudanças significativas desde a exclusão total e segregação a que as pessoas com NEEs eram submetidas até a atual educação inclusiva e inclusão social, mas ainda há muitas barreiras a serem superadas em nossa sociedade, pois não se superou a visão discriminatória que foi construída ao longo da história em que estas pessoas são consideradas incapazes de convivência, e de participação.

4. METODOLOGIA

4.1 Considerações

Esta pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, localizada na Cohab Fernando Ferrari em Santa Maria/RS e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Luizinho de Grandi – CAIC, escola localizada na Vila Lorenzi na cidade de Santa Maria/RS. Os dados foram coletados com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental que tinham alunos incluídos em suas salas de aula.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Luizinho de Grandi – CAIC possui 394 alunos no turno da manhã e 379 à tarde. Deste total de alunos 16 possuem alguma necessidade educacional especial. A escola possui um total de 16 professores nas séries iniciais nestes dois turnos.

O colégio Estadual Professora Edna May Cardoso tem um total de 711 alunos entre os turnos da manhã e tarde. Possui 59 professores, destes nove são das séries iniciais. Tem um número estimado de 18 alunos com alguma necessidade educacional especial.

A escolha destas duas escolas foi devido a ter vivenciado experiências práticas em estágios realizados ao longo do curso de Graduação em Educação Especial.

4.2 Método e coleta de dados

Para a elaboração desta pesquisa a metodologia utilizada foi de natureza qualitativa onde, buscou-se investigar os sentidos e os conceitos dos sujeitos. Segundo Minayo (2001, p.21-22) “a pesquisa qualitativa trabalha com

um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes...”.

Como instrumento da coleta de dados utilizou-se um questionário aberto contendo sete questões, destas três envolvendo aspectos relacionados à Educação Ambiental e quatro abordando sobre inclusão de alunos com NEEs.

As questões foram elaboradas com base em aspectos que pudessem contribuir aos objetivos da pesquisa e foram aplicados em duas escolas da rede pública da cidade de Santa Maria/RS. Foram distribuídos sete questionários em cada uma das escolas envolvidas.

4.3 Apuração e análise dos dados

Num primeiro momento fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação Ambiental e o processo da Educação Inclusiva de alunos com NEEs na rede regular de ensino, visando buscar e aprofundar conhecimentos na busca de informações que seriam relevantes para a elaboração da pesquisa. Após, realizou-se a análise dos dados, que serviram de apoio para a reflexão e elaboração da pesquisa.

Destaca-se que nem todos estes professores com alunos incluídos em suas salas de aulas responderam ao questionário, sendo assim o total de respondentes foram sete, destes dois docentes do Colégio Estadual Edna May Cardoso e cinco do Centro de Apoio Integral à Criança.

Os conceitos foram analisados de acordo com a incidência nas respostas dos professores. Depois foi realizada uma revisão bibliográfica para estudos de sugestões de propostas pedagógicas sobre a temática ambiental que possam contribuir com o trabalho dos professores. Após a elaboração final da pesquisa esta será apresentada às escolas envolvidas.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

5.1 Educação Ambiental no meio escolar

A Educação Ambiental dentre seus princípios possibilita a conscientização para que possamos compreender as complexas relações entre sociedade e natureza, e assim sejam tomadas posições frente aos problemas ambientais fazendo a ligação com os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais.

Dessa forma, se investigou sobre as concepções dos professores quanto a Educação Ambiental, como os temas ambientais são abordados no contexto escolar e através de quês recursos os professores têm contato com a temática Ambiental.

A primeira questão: “Para você o que é Educação Ambiental”?

Concepções sobre Educação Ambiental	Percentual de ocorrência
Conscientização sobre o meio ambiente	100%

Observa-se que 100% dos professores envolvidos com a pesquisa consideram a Educação Ambiental como uma forma de conscientização sobre o meio ambiente.

O professor da escola A aponta que Educação Ambiental é:

Estar consciente de tudo que nos rodeia e da importância de cada ser vivo no planeta. Dependemos uns dos outros para vivermos. Precisamos do ar, das águas, da terra, das pessoas. E temos que amar tudo isso e cuidar para que não acabe.

Este professor da escola A salienta que:

É trabalhar a questão ambiental numa perspectiva ampla em que a “natureza” não seja o único tema de discussões, mas levar em conta todo e qualquer “meio ambiente” que fazemos parte e estabelecemos relações de troca.

Para um dos professores da escola B:

Educação ambiental é educar-se para conscientizar-se em relação ao meio em que vivemos, inicia com a própria casa, pátio, etc. e vai até o mundo todo. Educar-se com relação ao meio ambiente envolve tudo desde o respeito ao falar com o outro, o esperar a sua vez de falar, valorizar o mundo e os outros, pois todo lugar onde vivemos é um ambiente e ele deve ser bom, agradável e todos devem ser responsáveis por isso. A Educação Ambiental se faz muito necessária nos dias de hoje e deve começar por cada um de nós.

Como foi possível perceber todos os professores envolvidos com a pesquisa consideram a Educação Ambiental como um processo de conscientização sobre o meio ambiente. Havendo a preocupação dos mesmos em abordar a temática para que os alunos tenham consciência sobre a problemática ambiental e a importância que as ações individuais exercem no sentido da melhoria da qualidade ambiental.

Conclui-se que estes professores das duas escolas têm uma visão do meio ambiente como um espaço em que ocorre a interação natural e a social. Assim, a temática ambiental tem que ser trabalhada para que os alunos compreendam o meio ambiente como um espaço de relações sociais, econômicas, políticas e históricas. Superando a visão naturalista em que a natureza é vista como um espaço separado da cultura humana.

Storey (2000, p.68) afirma:

Educação Ambiental é um processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente seja natural ou construído e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação em busca da prática social a fim de encontrar soluções

para os problemas socioambientais e melhorar as relações entre os seres humanos e os seres humanos entre si.

Nessa perspectiva a temática ambiental tem que ser trabalhada incentivando os alunos ao espírito crítico, na construção de novos valores, porque fazer Educação Ambiental não é apenas ensinar aos alunos comportamentos ecologicamente corretos, mas sim trabalhar as questões ambientais associadas ao meio humano, situando os alunos no contexto em que estão inseridos.

No que se refere à segunda questão: “Você trabalha com Educação Ambiental? Como aborda o tema?”

Abordagem da Educação Ambiental	Percentual de ocorrência
Campanhas de reciclagem	14%
Leituras, projetos, pesquisas, discussões	42%
Filmes, música, teatro, tema transversal	44%

Verifica-se de acordo com as respostas dos professores das duas escolas envolvidas que estes se utilizam de diversos recursos para abordar a temática ambiental, porém as atividades não estão ultrapassando o ambiente escolar.

Conforme relato, deste professor da escola B o qual aponta que trabalha “No dia a dia através de campanhas com garrafas “pet” recicladas, latas de refrigerante e sacos de salgadinho onde transformo em bolsas, brinquedos e objetos utilitários”.

Considera-se importante ressaltar que no momento em que o professor for trabalhar com as atividades de reciclagem é necessário que saliente os fatores que estão envolvidos com a questão do lixo, o consumismo, entre

outros para que dessa forma os alunos possam entender o contexto e assim formar atitudes conscientes em relação a esta problemática.

Conforme Carvalho (2004, p.80)

Considerando toda a complexidade que envolve as situações de aprendizagem é interessante ser cauteloso com uma Educação Ambiental que, ao enfatizar a indução ou mudança de comportamentos, nem sempre alcança a formação de uma atitude ecológica, no sentido de uma identificação dos alunos com as causas ecológicas, cabe reconhecer que gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos naturais como a água e a energia elétrica, pode ser socialmente desejável e útil, mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã. Esta implicaria desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais para mobilizar-se no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo para comprometer-se com a tomada de decisões entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza.

A Educação Ambiental também esta sendo trabalhada segundo os PCN's como tema transversal conforme relato do professor da escola B.

Comentando, conversando, questionando trazendo textos que falam sobre o tema, teatro, músicas, projetos interdisciplinares, etc. E também é trabalhado segundo os PCN's como tema transversal, isto é, deve passar por todas as disciplinas e conteúdos.

Este professor da escola A também salienta:

Trabalho muitíssimo com Educação Ambiental, abordando o tema através de problematizações e, a partir delas desenvolvendo um trabalho vinculado a outras (áreas) do conhecimento, como Português, Estudos Sociais, etc. Esse trabalho dá-se em forma de discussões, leituras e pesquisas.

Sobre a inclusão de temas transversais no meio escolar, Luzzi (2003) coloca que a dimensão ambiental esta causando algumas confusões sobre o conceito de transversalidade. Em muitos casos esta sendo reduzida a abordagem de alguns temas ou princípios ecológicos nas diversas disciplinas. A temática Ambiental esta sendo tratada como mais um entre os emergentes,

tais como a educação no trânsito, a educação sexual desconhecendo assim todas as relações presentes nos temas que formam o sócio-ambiente em que vivemos.

A temática está sendo trabalhada no dia a dia por alguns professores.

Este docente da escola B afirma que:

Sim, o tema é abordado sempre no momento que se pede para saber ouvir, saber esperar a sua vez de falar, ser responsável entre outros, estamos abordando a Educação Ambiental, ou seja, dentro do ambiente em que estamos inseridos.

Este professor da escola A salienta que:

O tema é abordado diariamente porque cuidar do ambiente é muito importante. O ambiente é tudo, a casa, a escola, as ruas, o pátio, cuidar de si mesmo, também como ter bons hábitos de higiene. Então, cuidar do material, ser organizado também é importante. Aos poucos o aluno percebe que assim podemos viver melhor. Mas, é claro que não adianta só falar. É preciso agir juntos. Cada um é essencial neste processo de construção do conhecimento.

Acredita-se que o trabalho com as questões ambientais deve ultrapassar o espaço da sala de aula, articulando a prática com a realidade, em ambientes diferenciados, promovendo assim novas oportunidades de contato com a realidade local, incentivando assim aprendizagens concretas as quais são mais significativas, estimulando nos alunos a construção de novos valores e atitudes em relação ao meio ambiente.

Nesse contexto Coan e Zakrzewski (2003) afirmam que a Educação Ambiental deve buscar estudar as relações existentes entre as pessoas o seu grupo social e os elementos naturais. Com a realização de itinerários de interpretação ambiental (do bairro, do mercado, da escola, etc.) e de outras estratégias de investigação sobre o entorno (inventários do meio ambiente, experimentos, encontros, entrevistas, análise de documentos, etc.), a educação ambiental possibilita a redescoberta do ser humano, do seu meio

desenvolvendo sentimentos de pertencimento, que permitem atuar com responsabilidade, com compromisso e assim a possibilidade de melhorar as relações do meio no qual faz parte.

Ao trabalhar com as questões ambientais os professores não estarão apenas conscientizando os alunos, mas também incentivando outros aspectos do desenvolvimento, tais como a linguagem, os aspectos cognitivos, afetivos etc.

A terceira questão “Através de que você tem contato com assuntos de Educação Ambiental”?

Acesso às informações	Percentual de ocorrência
Revistas, jornais, televisão e livros	86%
Reuniões pedagógicas	14%

Verifica-se que maioria dos professores busca informações sobre a temática ambiental por interesse próprio, e os meios informativos pelos quais tem contato são as leituras, internet, jornais e revistas.

Conforme descreve este professor da escola B, “Através de ações afirmativas propostas pelos governos, panfletos, palestras, reuniões, projetos e leituras sobre o tema. Também gosto de ouvir reportagens que sejam transmitidas pela televisão”.

Este professor da escola B diz que: “No momento somente por leituras e interesse próprio”.

Um dos professores da escola B, afirma que tem contato através das reuniões pedagógicas na escola, conforme resposta:

As mensagens trabalhadas durante as reuniões pedagógicas nos mostram, nos auxiliam para saber da importância da Educação Ambiental de seres humanos de trabalhar com o outro e para o outro, ser o verdadeiro educador aquele que educa para a vida. Até hoje nunca vi ou ouvi falar de cursos de formação sobre o tema, mas

acredito que a formação se dá no dia a dia no contato com as diferenças, no saber aceitar e conviver com todos.

Este professor da escola A relata que: “Na própria comunidade e da Universidade Federal de Santa Maria, nos noticiários, no jornal O Diário de Santa Maria que aborda temas ambientais diariamente, na internet”.

Percebe-se a partir dos dados coletados conforme as respostas dos professores que um dos professores da escola B faz referência sobre a importância das reuniões pedagógicas para a discussão da Educação Ambiental. Na escola A, nenhum professor fez referência a discussão da temática em reuniões na escola.

Considera-se importante a realização de reuniões para a discussão da temática ambiental, para que os professores possam trocar experiências e assim aprimorar suas práticas no que se refere à educação ambiental.

5.2 Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

O processo da inclusão educacional tem causado as pessoas envolvidas com a educação sentimentos de fragilidade frente ao processo, pois a maioria dos professores sente-se despreparado frente ao processo. Uma das dificuldades para a educação inclusiva é o ensino tradicional baseado na transmissão de conhecimentos em que os alunos são meros receptores das informações passadas pelo professor.

Para Mantoan (2003) outra barreira que precisa ser transposta para o ensino inclusivo é o ensino tradicional, que é baseado na transmissão dos conhecimentos e na individualização das tarefas de aprendizagem. Assim, uma das mudanças necessárias é a estrutura das escolas, pois o ensino tradicional não corresponde às expectativas de uma educação inclusiva.

Para obter algumas informações sobre a proposta inclusiva realizou-se algumas questões com professores em relação ao trabalho com alunos com NEEs.

Quarta questão “Que tipo de necessidades educacionais especiais você tem em sala de aula?”

De acordo com os dados coletados com os professores, percebe-se que estes trabalham com mais de um aluno incluído em sala de aula, tanto na escola A, quanto na escola B. Conforme exemplos que seguem:

Este professor da escola A, ressalta que trabalha com, “Uma aluno que teve paralisia cerebral e alguns alunos com sérios problemas de aprendizagem sem comprovação em exame”.

Outro professor da escola A, diz que trabalha com um aluno com retardamento físico e motor, outro aluno déficit cognitivo e um aluno autista.

Este docente da escola B relata que tem alunos incluídos em sua sala de aula.

Alunos hiperativos, bipolares, excluídos da sociedade, marginalizados. Também uma cadeirante, outro com problemas de visão, etc. Todos difíceis de contornar, mas com muita força de vontade e respeito ao outro a gente consegue atingir as metas.

Um dos professores da escola B tem alunos com dificuldades de aprendizagem.

Este outro professor da escola B relata que trabalha com “Uma aluna com deficiência física, e dois alunos com dificuldades de aprendizagem por falta de estímulo familiar.

Quinta questão “Que tipo de apoio/conhecimento e/ou material pedagógico são disponibilizados para a inclusão de alunos com NEEs”?

Apoio/conhecimento e/ou material disponibilizado	Percentual de ocorrência
Sala de recursos, professor de educação especial	28%
Leituras, jogos educativos	44%
Sala de informática, equipe diretiva da escola	28%

Como foi possível perceber a maioria dos professores depende de outros recursos tanto humanos como materiais para auxiliá-los na inclusão de alunos com NEEs, pois não se sentem habilitados.

Os recursos disponíveis nas escolas segundo relatos dos professores são a sala de informática, sala de recursos, professor de Educação Especial, além da utilização de materiais de apoio, tais como jogos, alguns contam com o apoio da equipe diretiva e também buscam sozinhos às informações, que são obtidas através das leituras por interesse próprio.

Conforme afirmação deste professor da escola B: “Os professores se arrumam com o que tem. Há muitas dificuldades, mas há o apoio dos pais e da equipe diretiva da escola. Há uma educadora especial e uma sala de recursos para atender estes alunos.”

Este professor da escola A também conta com “A sala de recursos tem material pedagógico como jogos, material dourado, material de contagem que podemos usar.”

Salienta-se a importância do suporte de outros profissionais, tais como o professor de Educação Especial para trabalhar em conjunto com os professores e outros profissionais envolvidos no processo educacional. Mas salienta-se esta ajuda não tira do professor a responsabilidade com o trabalho com a inclusão.

Beyer (2005) aponta a importância de um educador especializado o qual deve dedicar-se a trabalhar com todos os alunos, ou seja, sempre no contexto do grupo, pois assim irá evitar processos de estigmatização em relação aos alunos com necessidades especiais, assim o professor poderá também orientar eventuais necessidades que os alunos possam apresentar.

Professores formados nos cursos de Educação Especial são chamados a participar das situações de inclusão escolar, da sua formação voltada para a especificidade na aprendizagem dos alunos com deficiência. Também é importante que desenvolvam trocas com professores de outras habilitações. (Beyer, 2005, p.33).

Outros são apoiados pela direção da escola e em reuniões que abordam a temática, conforme a resposta de um dos professores da escola B, “Nos resta apenas à equipe diretiva da escola ou a supervisão educacional quando há na escola. E algumas discussões de textos nas reuniões pedagógicas”.

Este professor da escola B relata que não se sente habilitado a trabalhar com a proposta de educação inclusiva e conta com o auxílio dos alunos, conforme relato:

Eu não me sinto habilitada, mas procuro trabalhar da melhor forma possível, pois é muito difícil. Meu trabalho é

respaldado na colaboração dos alunos tanto para me ajudarem como para auxiliar os alunos especiais.

Constata-se que nas duas escolas envolvidas tem sala de recursos, conforme aponta um dos professores da escola A, “A sala de recursos tem material pedagógico como jogos, material dourado, material de contagem que podemos usar.”

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.50), a sala de recursos:

Serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado que suplementa (no caso de superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados as necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele que frequenta a classe.

Um dos professores da escola A fala sobre a importância do incentivo a cursos de formação continuada em que a inclusão seja abordada conforme resposta, “Em primeiro lugar a formação crítica e consciente a respeito do processo de inclusão. Mais cursos, mais estudo, mais trabalho colaborativo em nível de escola”.

Assim, a formação de professores para o trabalho com a inclusão é imprescindível, para a formação de novas atitudes. Pois, não basta apenas colocar estes alunos na sala de aula, mas garantir seu desenvolvimento e valorização das possibilidades de aprendizagem e buscar alternativas para que ele participe das atividades.

Foi possível perceber com as informações deste grupo de professores das duas escolas a preocupação com o processo inclusivo. Embora, a maioria não se sinta habilitados e encontrem dificuldades, buscam formas de contornar a situação.

Mantoan (2003, p.28) diz que:

Ensinar é marcar um encontro com o outro e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, este que não é mais um indivíduo qualquer com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos um certo tempo das nossas vidas. Mas alguém que é essencial na nossa constituição como pessoa e como profissional, que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além. Cumprir o dever de incluir todas as crianças na escola supõe, portanto, considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam o reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, pois a diferença é o que existe, igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o processo educacional.

Sexta questão “Como ocorre à interação com os pais”?

Interação dos pais	Percentual de ocorrência
Preconceito	71%
Participação	29%

As respostas apontam que na maioria dos casos acontece preconceito por parte dos pais no enfrentamento da deficiência dos filhos. De acordo com os relatos dos profissionais.

O professor da escola A relata que, *“O pais sempre que necessário são chamados, embora muitas vezes eles também, precisam de apoio para enfrentar o problema”*.

Nesse sentido considera-se a importância do professor de apoio para que possa também estar orientando os pais.

Na sua atividade de apoio, o professor dos apoios educativos deverá trabalhar com os pais, com os outros profissionais que se encontram na escola e ainda com a comunidade, para assegurar que todas as partes intervenientes no processo educativo possam trabalhar cooperativamente de uma forma eficaz. Com os pais, o apoio pode incluir o envolvimento destes no desenvolvimento do programa para a criança, dar informações específicas sobre as necessidades educativas

especiais da criança e sobre a melhor forma da família a apoiar, ajudar os pais a procurar ajuda e avaliar os serviços de apoio da comunidade. (Jesus; Martins e Almeida, 2003, p.69).

Este professor da escola A afirma que “O pais nem sempre estão presentes para auxiliar. Para criticar sim”.

As falas dos professores das duas escolas envolvidas apontam a ausência de algumas famílias nas reuniões e quando estes participam não é de forma colaborativa, mas para realizar críticas.

A importância da participação da família no desenvolvimento dos filhos é de extrema relevância, a ausência destes dificulta o processo de inclusão. Se os filhos não possuem uma família que os incentive, que os valorize isso irá refletir no seu desenvolvimento escolar.

Conforme Scoz (1996, p.80)

A estimulação ou a motivação para aprender devem ser compreendidas na relação entre os aspectos afetivos e cognitivos do indivíduo, ambos dependentes do meio social. Assim, as crianças provenientes de contextos familiares que não conseguem valorizar a aprendizagem escolar tendem, na maioria das vezes a não investir energia suficiente para aprender.

Nessa perspectiva acredito que devam ser realizadas reuniões de apoio com profissionais especializados para as famílias visando à orientação, discussão sobre os problemas, as angústias enfrentadas por estes pais quanto às necessidades dos seus filhos e sobre a educação inclusiva.

Sétima questão “Como ocorre à interação dos colegas”?

Interação dos colegas	Percentual de ocorrência
Colaboração	100%

Verifica-se que 100% dos professores das duas escolas apontam que ocorre a interação entre os colegas de maneira colaborativa. Sobre isto um dos professores da escola B afirma: “Os colegas estão sempre interagindo, procurando meios para a resolução dos problemas que surgem”.

Este docente da escola A também afirma que “Os colegas gostam de auxiliar nas atividades e saber o que estão fazendo.”

Mantoan (2003) ressalta a importância da cooperação entre os alunos

É esperado que um aluno seja tutorado naturalmente por outro colega, que tem mais facilidade, em uma dada disciplina curricular, por exemplo. Esse apoio espontâneo é mais um meio de fazer com que a turma reconheça as diferenças e perceba que cada um tem suas habilidades, talentos, competências e dificuldades para abordar um ou outro conteúdo, no leque das disciplinas escolares.

Dessa forma, trabalhar com atividades que visem à integração entre os alunos é de suma importância, para que eles possam trocar conhecimentos, experiências, apoiarem-se uns aos outros e assim crescerem uns com os outros, para que as diferenças sejam valorizadas e reconhecidas no cotidiano escolar.

O que queremos da Educação Inclusiva é a valorização das pessoas com necessidades especiais, com atitudes e ações transformadoras, promovendo o seu desenvolvimento nos aspectos lingüísticos, afetivos, cognitivos, mas para que mudanças aconteçam e as pessoas com NEEs sejam reconhecidas em sua essência é necessário a predisposição a mudanças nas práticas pedagógicas, a confiança no processo, a valorização e motivação em relação a estes alunos por parte dos profissionais envolvidos com a educação, bem como a família, que é de extrema relevância nesse processo.

Assim, os professores têm que encarar a o processo de inclusão educacional com seriedade e acreditar nas possibilidades de aprendizagem dos educandos, convidar a família para participar da vida escolar dos seus filhos, a troca de informações com outros profissionais e professores, e o apoio da equipe diretiva da escola.

6. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

1. Fazendo uma análise da realidade local

Esta atividade é proposta para que os alunos realizem uma leitura da sobre as relações entre o homem e a natureza, vinculadas com suas vivências de forma que tenham consciência da realidade que os cerca. Objetivando o levantamento das características sociais e históricas envolvidas com a questão ambiental:

Sugestão de local a ser observado pelos alunos o Aterro da Caturrita, localizado na cidade de Santa Maria.

-inicialmente fazer um levantamento de informações em jornais, revistas para a busca de dados sobre a realidade da cidade de Santa Maria quanto às questões ambientais;

Durante o percurso ao local a ser observado os alunos poderão:

- identificar os problemas ambientais que afetam a região;
- observar e refletir sobre os problemas ambientais observados;
- fazer registros;
- observar locais em que a realidade seja problemática;
- observar locais limpos;

No local indicado sugere-se que:

- os alunos sejam estimulados a observar os problemas sociais envolvidos, a questão da poluição, entre outros;

- os alunos também poderão realizar entrevistas com os moradores do local para buscar informações;

Após a visita ao local propõe-se que os alunos confeccionem um livro que será elaborado em sala de aula, sobre os aspectos observados.

2- Pesquisando a memória do ambiente:

Atividade retirada do livro: CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

Muitas vezes os temas ambientais foram tratados de forma muito geral, como se existissem fora do tempo e do espaço, sem história. Idéias soltas e descontextualizadas, como: “Devemos amar a natureza”, “as plantas são importantes” ou o “verde é bom”, não dizem nada a ninguém, não instigam a pensar. Uma das melhores de evitar que a Educação Ambiental fique pairando nas idéias gerais é enraizá-la na concretude do tempo histórico e no espaço social.

Assim, que tal propor uma pesquisa que vise recuperar a história natural e social do lugar onde atua o educador e onde vivem os educandos isso pode ser feito de vários modos, tais como:

- escutando histórias dos mais velhos sobre como era o lugar no passado;
- pesquisando na história escrita as transformações sociais e ambientais ali ocorridas desde as primeiras ocupações da região;
- consultando antigos documentos e jornais em busca de opiniões e disputas que envolveram diferentes visões da natureza e do uso dos bens ambientais;
- investigando os modos de vida que viveram ali em tempos passados (em harmonia ou em conflito) e deixaram alguma marca na paisagem e nos costumes do lugar.

Consideramos estas atividades importantes para que os alunos sejam incentivados a buscar novas informações, e o professor pode explorar a realização dos trabalhos em grupos para que os alunos estejam interagindo uns com os outros e para que estes tenham contato com a realidade concreta, a qual se torna mais significativa, pois terão a oportunidade de vivenciar,

experimentar novos sentimentos e sensações, e dessa forma sejam desafiados nas suas potencialidades e inserção social.

Em alguns casos de acordo com a necessidade educacional especial do(s) alunos(s) o professor terá que realizar determinadas adaptações, pois está trabalhando com um grupo heterogêneo e contar com o apoio de outros profissionais, tais como um professor de Educação Especial, ou outros profissionais, para que este aluno esteja participando ativamente das atividades propostas.

Conforme diz em, O acesso de todos os alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, (2004) é necessário que sejam adotados recursos de comunicação alternativa/aumentativa para alunos com paralisia cerebral e que apresentam dificuldades funcionais de fala e escrita.

Para alunos com deficiência física são necessárias a eliminação no meio social de modo geral as barreiras arquitetônicas e de comunicação.

A comunicação aumentativa e alternativa destina-se a sujeitos de todas as idades que não possuem fala ou a escrita funcional devido a disfunções variadas como, por exemplo: paralisia cerebral, deficiência mental, autismo, acidente vascular cerebral, traumatismo cranioencefálico, traumatismo raquimedularar, doenças neuromotoras, apraxia oral e outros. TETZCHNER, e MARTINSEN (apud SEESP/SEED/MEC, 2007 p.59)

Em relação à deficiência visual, deve ter disponível na escola materiais didáticos, tais como regletes, soroban, além do ensino do código Braille e de noções sobre orientação e mobilidade, além de atividades da vida autônoma e social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa considera-se que a metodologia utilizada foi satisfatória, atingindo aos objetivos da mesma, embora tenha envolvido apenas duas escolas e um pequeno número de professores. Esperamos que este breve estudo esteja contribuindo de maneira positiva pois, não se objetivou realizar críticas, mas provocar reflexões para que possamos aperfeiçoar e ampliar nossas ações e concepções.

A aplicação do questionário foi importante, pois nos trouxe subsídios para sabermos como os professores estão trabalhando com a Educação Ambiental e assim fazermos uma reflexão sobre sua prática e apontar propostas pedagógicas as quais não estão sendo trabalhadas nas escolas, que possam contribuir na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, sempre centralizando nas potencialidades dos alunos e não na deficiência.

No que se refere à Educação Ambiental, os professores têm clara a concepção e em sua maioria buscam sozinhos às informações sobre o tema, e a abordagem dos temas ambientais em sala de aula, sendo perceptível a carência de atividades fora do ambiente escolar.

De acordo com os dados coletados com os professores as duas escolas envolvidas foi possível perceber a carência de atividades fora do ambiente escolar, assim nas propostas pedagógicas sugerimos duas atividades que permitam aos alunos vivenciarem situações concretas.

Assim, propomos que os professores trabalhem atividades de Educação Ambiental que ultrapassem a escola, realizando atividades direcionadas de contato com a natureza, que instiguem os alunos a refletir sobre a realidade que os cerca.

A maioria dos profissionais trabalha com assuntos de Educação Ambiental de forma rotineira, propõe-se assim, a realização de um trabalho cooperativo entre professores e equipe diretiva das escolas, para que possam trocar informações.

O que se busca é que a Educação Ambiental seja abordada em seu caráter holístico, para que os alunos entendam toda a trama de relações envolvidas com as questões ambientais, e o modo como estes alunos se relacionam com o meio natural também estão envolvidos com os fatores sociais, econômicos, culturais, por isso tem que ser trabalhado de acordo com a realidade dos educandos.

Dessa forma, foi possível observar a partir dos resultados obtidos nas escolas quanto à educação ambiental que os docentes, embora tenham claro o conceito apresentam dificuldades em abordar o tema metodologicamente. A base que sustenta a prática destes professores são as informações encontradas através das leituras por interesse próprio, por meio da televisão, internet, jornais, etc.

Embora a conceituação de educação ambiental seja clara, faltam mudanças na maneira de abordar o tema em sala de aula, pois as atividades em sua maioria são reduzidas a transmissão de procedimentos ambientalmente corretos e dessa forma os alunos não são incentivados a formar valores e atitudes de forma crítica e reflexiva sobre as questões ambientais.

Quanto ao processo de Educação Inclusiva, nas escolas envolvidas os problemas enfrentados pelos professores são similares, os docentes estão procurando meios para trabalhar a inclusão em sala de

Observamos com o questionário respondido pelos professores que estes dependem de outros recursos e apoio de outros profissionais para trabalhar com a inclusão, embora se sintam inseguros procuram buscar informações para trabalhar com estes alunos. Nesse sentido salientamos a importância do incentivo a programas de formação continuada para os professores.

Ressaltamos que nenhuma das escolas fez referência à realização de reuniões para que os professores e demais profissionais envolvidos discutam sobre a proposta da educação inclusiva. Assim, propomos que estas escolas procurem discutir e assim realizar um trabalho colaborativo entre os profissionais, para discussão e troca de informações sobre o processo inclusivo. Pois, somente teremos uma escola de todos e para todos os alunos quando começarmos a acreditar, tenhamos atitudes positivas, e o comprometimento por parte de cada pessoa.

A prática da inclusão é inovadora, foi instituída em lei e assim as escolas e professores não estavam preparados para trabalhar, pela falta de informação, pelo desconhecimento, a resistência e preconceito por parte de alguns, assim todos estes fatores dificultam a sua implantação, mas não impossível.

Para Mills (apud Cardoso, 2003, p.25)

O princípio que rege a Educação Inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível levando em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas. A Escola Inclusiva educa todos os alunos na rede regular de ensino, proporciona programas educacionais apropriados às necessidades dos alunos e prevê apoio para que o seu aluno tenha sucesso na integração. É o espaço ao qual todos pertencem, são aceitos, apoiados pelos membros da comunidade escolar. A inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas. Falar de inclusão no Brasil é falar de inclusão social, do direito de cidadania de todas as crianças. Para que as escolas possam estar absorvendo ANEE em classes regulares, é importante que os profissionais acreditem que é possível, percebendo possibilidades no campo de atuação.

A pesquisa procurou demonstrar que a educação ambiental, além da importância de sua abordagem no meio educacional contribui no processo da educação inclusiva em vista do seu caráter dinâmico e transformador, pois oferece aos alunos inúmeras possibilidades de aprendizagem, tanto no meio escolas quanto em atividades direcionadas de contato com a natureza.

A maioria das atividades acontece dentro da sala de aula, através de aulas teóricas as quais consideramos importantes, mas que muitas vezes não tem significado para os alunos, assim a educação ambiental pode ser uma aliada neste processo, possibilitará a estes alunos atividades direcionadas com experiências concretas, que possibilitam a estes alunos experimentarem novos sentimentos e sensações.

A educação ambiental pode permitir o desenvolvimento dos indivíduos em seus aspectos cognitivos, afetivos e lingüísticos, além de formar cidadãos críticos e atuantes.

Como afirmam Peralta e Ruiz

A educação exige dos educadores e educandos construam em conjunto uma interpretação qualitativamente melhor a que tinham antes de iniciar o processo formativo. Isso facilita a identificação e o impulso das mudanças necessárias para reverter os problemas profundos

sócio-ambientais que são enfrentados na atualidade. Envolver-se ativamente na busca de tais mudanças não depende somente de uma maior consciência e do desenvolvimento de habilidades dos educandos, mas também de fazer crescer as distintas dimensões que conformam uma pessoa: afetiva, corporal, intelectual, de conduta etc. implica reconhecer o caráter integral dos indivíduos que participam em um processo educativo. (2003, p. 253).

A inclusão educacional é um processo que busca a valorização das diferenças, com a reestruturação organizativa das escolas, atividades e recursos pedagógicos que visem à melhoria na igualdade de oportunidades.

Conforme Feltrin (2004, p.69) “a escola deve dar subsídios para que o indivíduo se integre na vida social, na vida econômica, cultural e espiritual”.

Ao fazermos a relação entre a Educação Ambiental e Educação Inclusiva pensamos nas possibilidades de aprendizagem que a educação ambiental pode promover a estes sujeitos, pois através da temática ambiental o professor pode trabalhar no dia a dia levando estes alunos a participação. É importante que o professor centralize nas possibilidades de aprendizagem e inserção social dos alunos com NEES e não na deficiência.

Grande parte das atividades acontecem dentro da sala de aula, através de aulas teóricas as quais consideramos importantes, mas que muitas vezes não tem significado para os alunos, assim a educação ambiental pode ser uma aliada neste processo, por ser dinâmica e transformadora, possibilitará a estes alunos atividades direcionadas com experiências concretas, que possibilitem a estes alunos novos sentimentos e sensações. Porque, a inclusão não é apenas colocar estes alunos em sala de aula, mas oferecer oportunidades de participação a estes alunos.

Para ensinar a turma toda, deve-se propor atividades abertas e diversificadas, isto é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos, em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. As atividades são exploradas, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que livremente as desenvolvem. Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivências são alguns processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza. (O acesso de todos os alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004, p.41)

Com minhas vivências como Educadora Especial em escola de Ensino Regular, percebo a importância que as atividades concretas oferecem a estes alunos, os quais apresentam maior entusiasmo e participação. Assim, acreditamos na importância dos professores trabalharem com atividades reais.

Ao finalizar esta pesquisa, consideramos que há muitos caminhos a percorrer até a inclusão total e a educação ambiental seja abordada em seu sentido amplo, mas através das experiências e leituras foi possível perceber a evolução destes processos no meio educacional. Existem muitas barreiras sociais, mas através da aceitação das contribuições grandes e pequenas poderemos transformar a realidade.

Muitas mudanças são necessárias tanto na organização das escolas, como no processo de avaliação e a transformação do ensino tradicional com práticas pedagógicas diferenciadas.

Sabemos que diversos aspectos não foram aqui abordados, mas esperamos com este breve trabalho provocar reflexões, e contribuir de forma positiva com os professores e demais profissionais ligados à educação.

Conclui-se que a inclusão é um processo lento e difícil diante do nosso sistema educacional, mas é preciso que se acredite e busque mudanças através de atitudes grandes e pequenas, individuais e coletivas. Exige dos profissionais da educação reflexão sobre a sua formação e atuação, além de novos posicionamentos por parte das escolas e dos órgãos públicos, através de ações que contribuam para o sucesso da educação inclusiva e acima de tudo uma mudança na concepção individual de cada pessoa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANKS-LEITE L.; GALVÃO, I. (Orgs). **A Educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard.** São Paulo: Cortez, 2000.

BAUTISTA, R. (Org.). **Necessidades educacionais especiais.** Portugal Lisboa: Diunalivros, 1997.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, 1988.

_____. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases para a educação.** Brasília, 1996.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.**

_____. MEC/SEESP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. SEESP/SEED/MEC. **Formação Continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado – Deficiência física.** Brasília, 2007.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Os sentidos de “ambiental”:** a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique. (coord.). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

____ **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

____. **A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica.** In LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos históricos da Educação Especial:** da exclusão a inclusão – uma longa caminhada. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). Educação Especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental:** princípios, história, formação de professores. São Paulo: Senac, 2003.

COAN, C. M, ZAKRZEWSKI, S.B, **Representações paradigmáticas sobre o ambiente.**

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social:** construindo uma nova comunidade. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Global, 1998.

DUVOISIN, In: RUSCHEINSKY, Aloisio. A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: **conflitos entre o velho e o novo paradigma. 2002.**

FELTRIN, Antonio Efro. Inclusão social na escola: **quando a pedagogia se encontra com a diferença.** São Paulo: Paulinas, 2004.

FONSECA, Vítor. Educação Especial. **Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.**

_____. **Tendências futuras da educação inclusiva.** In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). Educação Especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JESUS, S. de N.; MARTINS, Maria Helena.; ALMEIDA, Ana Susana. **Da Educação Especial à Escola inclusiva.** In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). Educação Especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LUZZI, Daniel. **A “ambientalização” da educação formal.** Um diálogo aberto na complexidade do campo educativo. In: LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acessado em 27 nov.2007.

_____. **Uma escola de todos, para todos e com todos:** o mote da inclusão. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). Educação Especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SILVA, Pedro Jorge de Melo (orgs). **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede**

regular. 2ª Ed. rev.e atualiz. – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

MÜLER, Jackson. **Educação Ambiental:** diretrizes para a prática pedagógica. Porto Alegre: 2000.

PAULON, Simone M. **Documento subsidiário á política da inclusão.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005.

PERALTA, Joaquim E.; RUIZ, Javier Reyes. **Educação popular ambiental.** Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

PESCI, Rubén. **A pedagogia da cultura ambiental:** do Titanic ao veleiro. In: LEFF, Enrique. (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

RITT, C. F.; CAGLIARI, C. T. S. **Meio ambiente:** um direito humano fundamental. In: GORCZEVSKI, Clovis. et al. Direitos humanos, educação e meio ambiente. Porto Alegre, 2007.

ROSSETO, Maria Célia. **Falar de inclusão...** falar de que sujeitos. In LEBEDEFF, T. B.; PEREIRA, I. L.S. Educação Especial: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1996.

STAINBACK. S.; STAINBACK, W. (org). **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STOREY, Christine. **Gênero e educação ambiental na Amazônia.** In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L.; (org.). Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

TRISTÃO, Martha. **As dimensões e os Desafios da Educação Ambiental na Sociedade do Conhecimento.** In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). Educação Ambiental: **abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

VARGAS, Jorge Osório. **Pedagogia crítica e aprendizagem ambiental.** In: LEFF, Enrique. (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Pedro J. M. (org.). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** Ministério Público Federal: Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

ANEXO

Anexo

Questionário (perguntas realizadas para os professores das séries iniciais):

1. Para você o que é Educação Ambiental?
2. Você trabalha com a Educação Ambiental? Como aborda o tema?
3. Através de que você tem contato com assuntos de Educação Ambiental?
4. Que tipo de necessidades educacionais especiais você tem em sala de aula?
5. Que tipo de apoio/conhecimento e/ou material pedagógico são disponibilizados para o trabalho com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?
6. Como ocorre a interação dos colegas?
7. Como ocorre a interação dos pais?